

DIREITO ADQUIRIDO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

WLADIMIR NOVAES MARTINEZ

Advogado especialista em Direito Previdenciário

Esta segunda edição do "Direito Adquirido na Previdência Social", continua sendo obra pioneira no Direito Previdenciário brasileiro, primazia que cabe ao Prof. Wladimir Novaes Martinez.

Tanto quanto a primeira edição (2000), nascida em decorrência da Emenda Constitucional n. 20/98, sua revisão e atualização ocorrem quando da Proposta de Emenda Constitucional n. 40/03, que objetiva reformular a aposentadoria por tempo de contribuição do servidor público municipal, distrital, estadual e federal.

De modo solar, a simples leitura do seu índice revela a relevância do ensaio e sua oportunidade. Realmente, no ensejo de grandes mudanças legislativas e constitucionais, trata-se de opúsculo destinado a enorme divulgação entre os especialistas, consulta por parte de advogados e magistrados, bem como utilíssimo compêndio recomendado para professores e estudiosos de modo geral.

Foi acrescido de um capítulo, praticamente filosófico, que é o XIII — Direito de mudanças —, incorporando-se assim à ciência da previdência social no momento em que se discutem as inovações legislativas de 2003.

De parabéns, outra vez, a LTr Editora, pela feliz idéia de recomendar tema tão técnico e difícil a este pensador do Direito Previdenciário, que já nos brindou com outros livros tão significativos.



<http://bdjur.stj.gov.br>

ÍNDICE

Nota introdutória	13
Capítulo I. Fontes formais	17
11. Constituição Federal	17
12. Emenda Constitucional n. 20/98	19
13. Lei de Introdução ao Código Civil	19
14. Normas legais	20
15. Regras regulamentares	21
16. Portarias administrativas	25
17. Entendimentos e enunciados	26
18. Pareceres normativos	26
19. Decisões jurisprudenciais	27
20. Condensações sumulares	27
Capítulo II. Escorço histórico	31
21. Antes da LOPS	32
22. Lei Orgânica	33
23. Decreto-lei n. 72/66	33



24.	Mudanças da Lei n. 5.890/73	34
25.	Consolidação das Leis da Previdência Social	36
26.	Constituição Federal de 1988	36
27.	A partir de julho de 1991	37
28.	Lei n. 9.032/95	37
29.	Regulamento das leis básicas	38
30.	Lei n. 9.876/99	38
	Capítulo III. Espectro da relação jurídica	40
31.	Ausência de direito	41
32.	Pretensão substantiva	42
33.	Expectativa de direito	44
34.	Faculdade jurídica :	45
35.	Exercício condicionado	46
36.	Aquisição do direito	46
37.	Direito adquirido	47
38.	Extinção do poder	51
39.	Prescrição de mensalidades	51
40.	Resgate das prerrogativas	53



Capítulo IV. Conceito doutrinário	54
41. Francesco Gabba	56
42. Paul Roubier	57
43. Plácido e Silva	57
44. Franzem de Lima	58
45. Celso Bastos	59
46. Rubens Limongi	59
47. Agostinho Alvim	60
48. Feijó Coimbra	60
49. Armando Assis	61
50. Sérgio Martins	61
Capítulo V. Prática do instituto	63
51. Pessoaalidade do direito	63
52. Integração no patrimônio	64
53. Magnitude da expressão	67
54. Temporalidade do exercício	68
55. Juridicidade do mecanismo	69
56. Alcance da abrangência	69



57.	Termo da revisão	71
58.	Elementos não alcançados	72
59.	Origem do instrumento	72
60.	Renúncia da faculdade	73
Capítulo VI. Validade específica		79
61.	Fundamentos filosóficos	79
62.	Prática do direito	81
63.	Retroatividade e irretroatividade	82
64.	Inclusão de elementos	87
65.	Norma benéfica	89
66.	Direito e direito adquirido	91
67.	Coisa julgada	93
68.	Cabimento lógico	94
69.	Pressupostos mínimos	96
70.	Interesse público	99
Capítulo VII. Emenda Constitucional n. 20/98		102
71.	Relevância do instituto	102
72.	Respeito ao direito adquirido	103

73.	Imunidade exacional	105
74.	Observância da legislação pretérita	106
75.	Generalidade das garantias	107
76.	Consideração pelo tempo de serviço	108
77.	Benefícios não incluídos	110
78.	Limite do Ministro	111
79.	Posição do ex-servidor	111
80.	Garantias contra a Lei Maior	113
Capítulo VIII. Aposentadoria especial		120
81.	Direito de categoria	121
82.	SB-40 pretéritos	122
83.	Laudo técnico	122
84.	Critérios de conversão	123
85.	Penosidade e periculosidade	126
86.	Equipamentos de proteção	126
87.	Limites de tolerância	128
88.	Habitualidade e permanência	128
89.	Retroações administrativas	128



90. Parecer CJ/MPAS n. 1.331/98	129
Capítulo IX. Validade no custeio	131
91. Escala de salários-base	131
92. Limite do salário-de-contribuição	132
93. Descumprimento da Lei n. 6.332/76	133
94. Acordo de parcelamento	134
95. Certidão Negativa de Débito	135
96. Seguro de acidente do trabalho	135
97. Retroação da multa	136
98. Contribuição para a assistência médica	137
99. Isenção fiscal	138
100. Volta do aposentado ao trabalho	138
Capítulo X. Previdência complementar	140
101. Critérios válidos	145
102. Contratualidade da relação	146
103. Possibilidade de mudanças	147
104. Liquidação extrajudicial	150
105. Influência da norma pública	151

106. Complementação extemporânea	152
107. Enunciado TST n. 51	154
108. Enunciado TST n. 288	155
109. Razões superiores	156
110. Atualização dos valores	157
Capítulo XI. Acordos internacionais	164
111. Alcance dos acordos	165
112. Convenção OIT n. 157	165
113. Brasil-Luxemburgo	167
114. Brasil-Portugal	167
115. Brasil-Espanha	168
116. Brasil-Itália	168
117. Brasil-Cabo Verde	168
118. Brasil-Chile	169
119. Brasil-Argentina	169
120. Brasil-Uruguai	169
Capítulo XII. Casos particulares	171
121. Ex-combatente e aeronauta	171

122. Ordem de Serviço n. 619/99	176
123. Período básico de cálculo	176
124. Reajustamento dos benefícios	178
125. Servidores ferroviários	178
126. Auxílio-acidente	179
127. Contribuição dos inativos	179
128. Designação de dependentes	188
129. Benefícios por incapacidade	189
130. Fator previdenciário	189
Capítulo XIII. Direito de mudanças	192
131. Introdução da matéria	192
132. Relação previdenciária	194
133. Irretroatividade da norma	195
134. Expectativa e direito adquirido	196
135. Regras de transição	197
136. Direito em formação	197
137. Poder original e derivado	198
138. Cláusula pétrea	199



139. Direito de mudar	199
140. Pressuposto lógico	201
Capítulo XIV. Conclusões finais	202
141. Natureza jurídica	202
142. Razões culminantes	202
143. Interesse público	202
144. Legitimidade científica	203
145. Coisa julgada	203
146. Especificidade previdenciária	203
147. Fronteiras e limites	204
148. Elementos internos	204
149. Não-exercício oportuno	204
150. Outros institutos	205
Glossário de siglas	207
Obras do autor	211

